

HISTÓRIAS

da Gente da Justiça

Histórias contadas pelos
oficiais de Justiça

Virgínia Gurgel Matos
Vanderni Freitas da Silva

Iara Nogueira

Raugir Lima Cruz

Lia Barros

Mariana Pinheiro Rabelo Soares

Micheline Carvalho



TJCE

Tribunal de Justiça
do Estado do Ceará

Histórias da Gente da Justiça

Presidente do TJCE

Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes

Vice-presidente do TJCE

Des. Heráclito Vieira de Sousa Neto

Corregedora-geral da Justiça

Desa. Maria Edna Martins

Ilo Santiago Jr. e Carolina do Vale

Idealização

Rodrigo França e Karine Holanda

Criação do nome do projeto

Rannjon Mikael

Logotipo

Hugo Guedes

Diagramação e artes de redes sociais

Rodrigo França

Edição

Ilo Santiago Jr.

Chefia da Assessoria de Comunicação

Sumário

04 25 de Março Dia do Oficial de Justiça

05 Lugar de fala

Carolina do Vale (ASCOM/TJCE)

*História contada pela oficiala de Justiça
Virginia Gurgel Matos*

07 Pegado na mentira

Ulysses Sousa (ASCOM/TJCE)

*História contada pela oficiala de Justiça
Vanderni Freitas da Silva*

10 Apenas uma camisa

Ilo Santiago Jr. (ASCOM/TJCE)

*História contada pela oficiala de Justiça
Iara Nogueira*

13 Cena de filme

Crisley Cavalcante (ASCOM/TJCE)

*História contada pelo oficial de Justiça
Raugir Lima Cruz*

15 Missão de empatia

Karine Holanda (ASCOM/TJCE)

*História contada pela oficiala de Justiça
Lia Barros*

17 Esperança de felicidade

Pâmela Lêmos (ASCOM/TJCE)

*História contada pela oficiala de Justiça
Mariana Pinheiro Rabelo Soares*

19 Ritos sagrados

Rodrigo França (ASCOM/TJCE)

*História contada pela oficiala de Justiça
Micheline Carvalho*

25 de Março

Dia do Oficial de Justiça

Nas comemorações do Dia do Oficial de Justiça, expressamos nosso reconhecimento pelo trabalho fundamental dos(as) oficiais de justiça e por toda dedicação e compromisso que demonstram no exercício de suas funções. Oficiais de justiça operam na linha de frente, por vezes em condições desafiadoras, para assegurar que os direitos sejam respeitados, e as decisões judiciais cumpridas.

Além das funções típicas, desempenham papel importante na humanização da Justiça, principalmente no que se refere ao atendimento dos mais vulneráveis. Nesse sentido, contribuem não apenas para a realização dos atos processuais, mas também para a paz social e a promoção de uma Justiça cada vez mais eficaz e acessível.

Presidente do TJCE

Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes

Vice-presidente do TJCE

Des. Heráclito Vieira de Sousa Neto

Corregedora-geral da Justiça

Desa. Maria Edna Martins

Lugar de fala

Carolina do Vale (ASCOM/TJCE)

História contada pela oficiala de Justiça

Virgínia Gurgel Matos

Era um dia comum de trabalho em que, como em todos os outros dias do ano, havia mandados relacionados à Lei Maria da Penha a serem cumpridos. Contava menos de um ano como oficiala de Justiça e me deparava com a trágica realidade diária da violência doméstica e familiar.

Precisava intimar um homem que se encontrava na Delegacia Regional de Quixadá, preso após ter agredido a esposa. No local, o representante do agressor pediu para entrar comigo na cela onde estava seu cliente. Sabendo ser seu direito acompanhar a diligência, concordei prontamente.

Para minha surpresa, ao entrar na cela, ele colocou-se à minha frente e passou a "intimar" o preso, assumindo a fala que seria minha. Respirei fundo e aguardei que terminasse, para que eu pudesse finalmente dizer:

Agora sim, vamos iniciar a diligência. Olá! Sou a Virgínia, oficiala de Justiça de Quixadá, e vim intimá-lo a respeito de medidas protetivas em seu desfavor.

Enquanto eu falava, seu rosto ficou de todas as cores possíveis, envergonhado diante do olhar atônito do cliente.

Após cumprimentá-lo gentilmente, saí de lá satisfeita por ter conseguido recuperar meu lugar de fala. Em situações assim, é comum que a perplexidade nos deixe sem reação, mas naquele dia não. Fiquei orgulhosa de mim mesma e agradecei a todas as mulheres que, com seu exemplo, me ensinaram que é preciso se posicionar e não se deixar intimidar.

Mas saí também com o coração aflito por perceber as múltiplas formas de violência pelas quais mulheres ainda precisam passar, seja em casa ou no trabalho, para terem o direito de existir e de serem ouvidas e respeitadas.

Sempre lembro desse momento quando sinto que preciso de força para continuar firme no propósito de trabalhar por um mundo com mais justiça e igualdade.

- Esse texto foi escrito nos padrões literários de crônica curta e é de livre criação do seu autor. Foi baseado em história contada por um(a) oficial(a) de Justiça do TJCE. Foram suprimidos alguns nomes verdadeiros, locais etc.

Pego na mentira

Ulysses Sousa (ASCOM/TJCE)

História contada pela oficiala de Justiça

Vanderni Freitas da Silva

Era novata na época e havia recebido a missão de citar o dono de uma grande empresa em Maracanaú, região onde eu atuava. No local, fui muito bem recebida, com simpatia e educação, pelo gerente da companhia. Ele me disse não ter autorização para receber a citação, somente o proprietário, que passava férias em São Paulo e demoraria para retornar. Era julho, acreditei. Na ocasião, o funcionário se comprometeu a me avisar quando seu chefe retornasse e até me ofereceu um presente. Explicou que era política da firma presentear visitantes. Agradei, mas recusei prontamente.

Passados alguns dias, recebi ligação de um advogado informando que o empresário por quem eu procurava estaria na próxima sexta-feira, às dez horas, em uma delegacia da região para prestar depoimento por conta de uma ação criminal. Confrontei o profissional com a informação que tinha recebido do gerente.

— Mentira! — declarou o causídico.

“Tudo bem”, pensei. Vou lá para me certificar. No tal dia, peguei uma topic para verificar a realizada. Naquele período, eu

não tinha carro, utilizava transporte público para meus deslocamentos. No meio do caminho, recebo chamada telefônica do gerente da empresa, aquele que havia se comprometido a me comunicar quando o chefe estaria de volta a cidade. Disse que o patrão ainda estava em São Paulo, mas regressaria em breve. Novamente prometeu a me avisar quando ele retornasse.

Cheguei à delegacia por volta das nove horas. Entrei, fui me apresentar à delegada, falei sobre toda a situação e questionei para ela a informação que tinha recebido do advogado sobre o depoimento. Era verdade. Pedi à policial para, no momento do depoimento, eu fosse chamada para poder realizar a citação.

— Tudo bem — concordou a agente da lei.

Decidi ficar esperando na entrada do prédio. Lá estavam dois grupos de pessoas em estado de animosidade, trocavam acusações. Briga de vizinhos, me falaram. Infiltrada naquele aglomerado, fiquei aguardando a oportunidade.

Às 10 horas, chegaram três carrões. O primeiro a sair dos veículos e entrar na delegacia foi o advogado do dono da empresa.

— Onde está a doutora delegada? Eu trouxe meu cliente, que não se furta ao chamado da Justiça — falava alto o profissional do direito.

Em seguida, pelo caminho aberto na multidão passaram o

gerente e o empresário, este muito bem trajado com um terno sob medida e um perfume que ocupava todo o ambiente.

Passaram alguns minutos e o causídico retornou da sala da delegada e pergunta para as pessoas na entrada do recinto quem era a oficiala de justiça que desejava intimar seu cliente. Saio de trás dos vizinhos em conflito e me apresento:

— Sou eu!

Realizei a citação sem conseguir olhar nos olhos, tamanha a vergonha que sentia pela mentira que me foi sustentada. Ele assinou e fui embora. Não tive coragem de olhar no rosto dele, mas eu me portei como uma lady.

Aquela foi minha primeira situação constrangedora por conta do trabalho. Tempos depois, voltei a citá-lo devido a outro processo. Ele quis rir. Acho que lembrou de mim.

🕒 Esse texto foi escrito nos padrões literários de crônica curta e é de livre criação do seu autor. Foi baseado em história contada por um(a) oficial(a) de Justiça do TJCE. Foram suprimidos alguns nomes verdadeiros, locais etc.

Apenas uma camisa

Ilo Santiago Jr. (ASCOM/TJCE)

História contada pela oficiala de Justiça

Iara Nogueira

Ele tinha apenas uma camisa. Só isso. Colocou-a dentro de um saco plástico de supermercado. Era o que lhe restava para levar. E foi, deixando para trás uma história de violência e miséria. Como assistente social por formação e, como ser humano, senti-me compelida a prestar esse apoio. Ele não tinha familiares na cidade. Os que tinha estava esquecendo para sempre a partir daquele momento. Abandonando-os para evitar um trágico fim. E essa era a minha função: impedir o pior.

Era uma das minhas primeiras missões, em 1989, pelo TJCE. Cumprir um mandado de afastamento familiar na periferia de Fortaleza nunca foi tarefa simples. Ainda é difícil até hoje! A mulher já havia denunciado as agressões. Nem precisava de muitas evidências para comprovar. Bastava olhar para ela. Os hematomas tomavam-lhe o corpo. Um policial me acompanhou. Não sabia o que iria encontrar, mas fiquei surpresa ao chegar. Como uma família com cinco crianças pequenas conseguia sobreviver ali?

O barraco não tinha piso. Era terra batida. A areia molhada virava lama. Caminhei com cuidado para evitar me desequilibrar e — aos poucos — fui contando nos dedos o que havia:

fogão à lenha, uma faca sobre a mesa (objeto que o policial prontamente confiscou ao entrar), e as redes dos filhos, estendidas umas sobre as outras. Não havia sequer um local parecido com um banheiro. As condições de higiene eram precárias. TV, geladeira tampouco um rádio. Luxo assim somente nos melhores sonhos delas. Se é que tinham sonhos. Quando se vive o pesadelo na vida real, as pessoas não conseguem se permitir a ter sonhos.

A pesca era a principal fonte de renda. O lar da família ficava pertinho do mar. Tão próximo que uma ação inesperada da natureza, com certeza, facilmente arrastaria aquele frágil projeto de palafita. Dava até para eu sentir a brisa dentro do barraco e ouvir o barulho das ondas. O casal tinha por volta dos 40 anos, porém aparentava bem mais. O sofrimento para sobreviver castigou os corpos deles anos a fio. E, há algum tempo, vinha maltratando também suas mentes.

Eu já tinha conversado com a mulher, vítima daquela situação, antes de chegar ao local. O pescador, quando retornava após dias em alto-mar, já voltava no sentido de gastar o apurado no balcão do bar. O álcool era a forma de descarregar todas aquelas frustrações. Embriagado, sobrava para a esposa. As brigas sempre terminavam violentamente. Um dia, quase a matou. Era uma questão de tempo acontecer.

Graças à coragem dela em denunciá-lo, a Justiça foi acionada. Fui até lá com o mandado em mãos. O homem não ofereceu resistência alguma. Nenhuma fala mais brusca na minha direção. Nada. Ao contrário, conformadíssimo, sabia que não era certo aquela história terminar de forma terrível.

— Eu sei do meu erro, doutora. Só que não tem para onde eu ir. Sou do interior. Não conheço mais ninguém aqui. Só tenho essa blusa para levar. Nada mais — disse, já a alguns metros do barraco, sem olhar para trás.

Descobri que havia um conterrâneo dele, que morava a muitos quilômetros dali. Do outro lado de Fortaleza. Resolvi levá-lo no meu carro até lá. Fomos conversando. Expliquei a ele que não poderia mais se aproximar da agora ex-mulher. Que se fizesse isso, poderia ser preso. E que o afastamento era o melhor para todos da família.

— Só quero voltar para minha terra — desabafou.

Nunca mais vi aquelas pessoas. Desses 35 anos pra cá, em minha longa jornada profissional, aquela situação ainda me marca profundamente, pois me fez constatar algo importante sobre a miséria e a riqueza numa cidade tão desigual como a nossa. Quanto mais simples são as casas que vou com os mandados em mãos, mais facilmente as pessoas entendem nosso trabalho e nos tratam de forma educada, seja qual forem as circunstâncias que estão vivendo. E, até hoje, mesmo após todos esses anos, deparo-me com situações idênticas em Fortaleza. Os barracos sem praticamente nada dentro, as frustrações transformadas em violência e apenas uma camisa para levar num saco de supermercado.

● Esse texto foi escrito nos padrões literários de crônica curta e é de livre criação do seu autor. Foi baseado em história contada por um(a) oficial(a) de Justiça do TJCE. Foram suprimidos alguns nomes verdadeiros, locais etc.

Cena de filme

Crisley Cavalcante (ASCOM/TJCE)

História contada pelo oficial de Justiça

Raugir Lima Cruz

O que seria a vida sem uma aventura do tipo cena de filme, não é mesmo? Pois bem, como oficial de justiça aceitei um desafio assim. Tudo começou quando um rapaz cometeu homicídio em Quixelô e fugiu para São Paulo. Lá foi preso. O que ele não contava era que em Quixelô ninguém havia esquecido dele. O Judiciário pediu recambiamento do rapaz para o Ceará, e a missão de conduzi-lo de volta coube a mim.

A saga começou. Saí de Quixelô e cheguei à rodoviária de Fortaleza. De lá para o aeroporto. Cedo da manhã, desembarcava em São Paulo. Fui direto para o fórum pegar autorização do juiz e depois para a delegacia. De lá para o IML fazer os exames necessários. De volta ao distrito policial, o delegado perguntou se era louco de ir sozinho cumprir tal missão. Respondi que talvez. Rimos e nos despedimos.

Peguei o preso e os documentos e entramos em uma viatura da polícia que nos levaria ao aeroporto. Trânsito infernal das 18h, viatura em alta velocidade, sirenes ligadas, sobe e desce calçada e, nessa costura do trânsito, chegamos. Me senti na cena de um filme.

No embarque no avião, mais viaturas na pista de pouso. Mais sirenes e mais policiais armados. De novo cena de filme. Todo mundo olhando, e eu só pensava em chegar em Quixelô.

Já em solo cearense, do aeroporto fomos para a rodoviária. Aqui não havia cena de filme com polícia e sirene a nos esperar. Paramos para lancha, e rumamos para Iguatu de ônibus. Lá, o advogado da família do preso nos aguardava e seguimos para Quixelô. Pronto. Preso entregue para julgamento e missão com cena de filme cumprida.

- Esse texto foi escrito nos padrões literários de crônica curta e é de livre criação do seu autor. Foi baseado em história contada por um(a) oficial(a) de Justiça do TJCE. Foram suprimidos alguns nomes verdadeiros, locais etc.

Missão de empatia

Karine Holanda (ASCOM/TJCE)

História contada pela oficiala de Justiça

Lia Barros

Não vi o rosto dele, mas a cena ficou para sempre gravada na mente. Também nunca vou esquecer os gritos de pânico da vítima.

Era agosto, mês de desgosto. Mas também era Agosto Lilás, quando se celebra o aniversário da Lei Maria da Penha. Um dos meus trabalhos do dia era justamente cumprir um mandado do Juizado da Mulher relativo a um pedido de afastamento do lar.

O ofício profissional não tem hora nem lugar, principalmente em assuntos de violência doméstica. Às seis da manhã, eu estava na frente da residência, para abordar o homem antes que ele saísse para o trabalho.

Eu estava acompanhada da vítima, que tremia de nervosismo. O medo dela acendeu um alerta em mim, e achei por bem solicitar apoio policial. Entramos cautelosamente pela lateral da casa e atravessamos a sala em direção ao quarto dele. Pelo caminho, fotos da família em diferentes épocas adornavam as paredes.

O quarto ficava nos fundos da casa. Era um cômodo pequeno e sombrio, que exalava um cheiro ruim. Quando minha vista se acostumou à escuridão, enxerguei alguns detalhes do ambiente: garrafas vazias, objetos espalhados... e o desfecho trágico de uma relação marcada por violência.

O silêncio foi quebrado pelos gritos de desespero da mulher. Mesmo para mim, que há quase trinta anos lidava diariamente com dores e sofrimentos humanos, aquela cena foi chocante. Enquanto o trabalho dos policiais começava, o meu aparentemente terminava. Mas percebi ali que não estava cumprindo um mandado, e sim uma missão bem maior, por vezes invisível aos olhos da sociedade.

Dei um forte abraço na vítima e a amparei na sua dor.
— Você não está sozinha — disse-lhe, procurando acalmá-la e livrá-la de qualquer sentimento de culpa.

Ofereci água e alimento espiritual, sem ver as horas passarem. Fiquei com ela até ter certeza de que estaria em segurança e recebendo todo o suporte necessário.

Dela não tive mais notícias, mas espero ter ajudado de alguma forma na reconstrução daquele devastado lar.

- Esse texto foi escrito nos padrões literários de crônica curta e é de livre criação do seu autor. Foi baseado em história contada por um(a) oficial(a) de Justiça do TJCE. Foram suprimidos alguns nomes verdadeiros, locais etc.

Esperança de felicidade

Pâmela Lêmos (ASCOM/TJCE)

História contada pela oficiala de Justiça

Mariana Pinheiro Rabelo Soares

Era manhã de sol e eu carregava comigo mais uma medida protetiva de urgência. Por ironia do destino, quem clamava por socorro era a Dona Felicidade. Bati à porta e me deparei com uma mulher idosa, preta, mãe, avó e, como outras tantas nesse país, vítima de violência física, moral e patrimonial.

Aquela mulher de olhar triste ansiava por uma boa notícia, uma chance de libertação. Enquanto lia o mandado, explicando do que se tratava, a feição dela se transformava. As lágrimas foram sumindo e os lábios formando um leve sorriso. Sim, ela estava radiante, como se a Justiça a abraçasse.

Naquele instante, meu telefone tocou e pedi licença para atender. Após desligar, de pronto falei:

— Sim, Dona Esperança, voltando às explicações...

Ao passo que ela me interrompeu e, num tom de repreensão, no entanto rindo da situação, disse:

— Não é Esperança, minha filha, é Felicidade!

Gargalhamos juntas, pedi desculpas pela confusão dos nomes e me despedi, certa de ter cumprido minha missão.

Os anos passaram, e retornei àquela rua. Como não lembrar da Dona Felicidade? Fui até sua casa para cumprimentá-la, mas descobri que havia falecido na pandemia. A tristeza invadiu meu coração por um momento. Logo lembrei dela e do nosso breve, porém significativo encontro. Certamente, foi quando a Esperança de dias melhores chegou e a Felicidade reinou.

- Esse texto foi escrito nos padrões literários de crônica curta e é de livre criação do seu autor. Foi baseado em história contada por um(a) oficial(a) de Justiça do TJCE. Foram suprimidos alguns nomes verdadeiros, locais etc.

Ritos sagrados

Rodrigo França (ASCOM/TJCE)

História contada pela oficiala de Justiça

Micheline Carvalho

Junho de 2015. Final de plantão. Já encerrando o dia de trabalho, um mandado inusitado. Deveria intimar uma vítima sobre medidas protetivas deferidas em favor dela. Até aí um acréscimo nas tristes estatísticas da violência doméstica. Mas um detalhe dava um caráter diferenciado à diligência. A mulher a quem eu intimaria morava na aldeia Pitaguary. Eu já ouvira falar daquele povo indígena. Todavia nunca havia estado perto de algum deles.

No dia seguinte, cheguei ao pé da serra onde ficava a aldeia, entre Maracanaú, Pacatuba e Maranguape.

— Ela está logo à frente — indicou, da entrada, aquela que me recebeu.

A poucos passos, deparei-me com um grupo de mulheres movimentado-se em uma espécie de ritual sagrado. Era o Toré. Enquanto cantavam e dançavam lindamente, buscavam cura e libertação espiritual, conectando-se com a Natureza. Formavam um círculo, pedindo luz, benção e proteção. Eu estava totalmente envolta naquela cena quando meu fascínio foi interrompido. Havia me avistado, cessando seus passos dançantes.

Fui apresentada a quem eu procurava. Tensa, ela veio a mim. Li o mandado com todas as medidas protetivas deferidas

em seu favor. Avisei que o infrator também fora intimado. Orientei como proceder diante de qualquer descumprimento. Coloquei-me ainda à disposição, passando-lhe meu próprio celular.

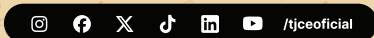
Elas enfatizaram seu agradecimento, admiração e alívio pela rapidez das medidas. Uma voz de esperança contra índices de violência que insistiam em aumentar. De sua gratidão, veio o inesperado convite:

— Entre no círculo e junte-se a nós neste ritual sagrado! Dançamos também em busca de proteção às nossas mulheres, e hoje você ajudou a nos sentirmos mais seguras.

Por longos segundos, fiquei paralisada. Jamais participara de algo parecido. Contudo logo me recobrei e aceitei. Fechei meus olhos. Dei-lhes as mãos. Aos poucos, meu corpo foi sendo envolto por uma sensação única. Quanto mais me mexia, mais conectada com a Natureza me sentia. Imediatamente percebia a importância daquele ritual sagrado. Era mais do que uma rica manifestação cultural. Um processo de cura e fortalecimento espiritual me preenchia.

Ao término dos ritos sagrados, vieram agradecimentos também por eu ter me permitido adentrar o círculo, o que consideraram uma demonstração de respeito e valorização de sua cultura. E parti imbuída da minha própria gratidão. Aprendi, na prática, o quão importante é reconhecer e preservar as tradições e crenças dos nossos povos.

- Esse texto foi escrito nos padrões literários de crônica curta e é de livre criação do seu autor. Foi baseado em história contada por um(a) oficial(a) de Justiça do TJCE. Foram suprimidos alguns nomes verdadeiros, locais etc.



www.tjce.jus.br